

QUEDA DE ANA PASTORE FRUSTRA PROJETO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Mariana Zito
Estagiária de Jornalismo da Adusp

Cecília Bastos/USP



PM intensifica presença no campus do Butantã

*Após a fase de militarização imposta pelo reitor J.G. Rodas — que aguçou os conflitos com a comunidade acadêmica ao aumentar a presença da Polícia Militar, mas não conseguiu coibir a criminalidade dentro do **campus** do Butantã — a segurança da USP viveu uma curta fase de debates e de revalorização da Guarda Universitária (GU), sob a liderança da professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, à frente da Superintendência de Prevenção e Proteção. A GU preparava-se para adotar o modelo do policiamento comunitário, mais sintonizado com a dinâmica da vida universitária. Mas em janeiro de 2015 o reitor M.A. Zago exonerou Ana Lúcia e abortou a iniciativa*

A questão da segurança nos *campi* da USP sempre gerou polêmica. Atualmente, mesmo com a presença da Polícia Militar (PM), os índices de criminalidade na Cidade Universitária, em São Paulo, só aumentam: de 41 casos de roubo e furtos registrados em 2011, chegou-se a 93 casos em 2014 (somente até setembro), segundo dados da Reitoria. Os números evidenciam que a “solução” encontrada pelo então reitor J.G. Rodas, ao assinar um convênio com a Secretaria de Segurança Pública em setembro de 2011 para ampliar o contingente da PM no *campus* Butantã (após o assassinato do estudante Felipe Ramos de Paiva, que reagiu a um assalto no estacionamento da Faculdade de Economia e Administração), só buscava militarizar o *campus*.

O caso da morte do estudante Victor Hugo Santos, cujo corpo foi encontrado na Raia Olímpica um dia depois que ele esteve em uma festa no *campus*, e a frequente ocorrência de assaltos, reacenderam a discussão sobre planos de segurança alternativos. A estrutura da Guarda Universitária (GU) vem sendo constantemente reformulada, como parte das tentativas de redução da insegurança existente na Cidade Universitária do Butantã. Depois de sofrer com a tentativa de militarização na gestão anterior, a GU parecia caminhar para tornar-se uma polícia comunitária, sob a gestão da professora de antropologia Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH).

Empossada pelo reitor Marco Antonio Zago na Superintendência de Prevenção e Proteção (SPP) em 15 de abril de 2014, Ana Lúcia

renovou as esperanças da comunidade universitária em relação à busca por um novo projeto de segurança, abrindo diálogo com diferentes setores da Universidade. “Eu não tenho ilusão de que, seja qual for a medida que nós tomarmos, ela vai resolver o problema, porque é muito mais amplo do que uma questão específica da Universidade de São Paulo ou deste *campus*”, afirmou em entrevista concedida em setembro à *Revista Adusp*. “A Guarda é a segurança que a USP deve criar, manter e melhorar para si mesma, eu diria que ela devia ser a nossa ‘menina dos olhos’”. A superintendente organizou seminários, com participação direta dos agentes da GU e abertos à comunidade universitária.

Opiniões perigosas, gestos democráticos demais. Coube a M.A. Zago abortar essa interessante iniciativa, ao exonerar Ana Lúcia da SPP no final de janeiro de 2014, após curtos nove meses no cargo. A gota d’água teria sido a decisão da professora de colocar agentes da GU no *campus* da Faculdade de Medicina (FMUSP), como medida concreta contra os estupro que têm sido relatados naquela unidade, mas que o reitor (que vinha minimizando as denúncias de abusos sexuais que já são objeto de uma CPI na Assembleia Legislativa) considerou uma inaceitável ingerência.

Voltemos a 2011, quando a morte do estudante Felipe Paiva fez com que a Reitoria adotasse emergencialmente o convênio que ampliou a presença da PM no *campus* do Butantã — e nomeasse um coronel reformado da corporação, Luiz de Castro Júnior, para o cargo de

superintendente de Segurança da universidade. A decisão de abrir a Cidade Universitária para um amplo contingente de policiais militares desagradou principalmente a estudantes, que após a detenção de colegas, acusados de posse e uso de maconha, ocuparam prédios e iniciaram uma greve contra a PM no *campus*. Porém, com o passar do tempo, a desconfiança e o desconforto com a militarização disseminaram-se por outros setores da comunidade acadêmica, entre eles a própria GU.

Os guardas universitários rebelaram-se contra a militarização da segurança do campus do Butantã e contra o modus operandi que os coronéis reformados da Polícia Militar levados para a USP pelo reitor J.G. Rodas tentaram impor

Nomeado em 29/3/12, Luiz de Castro Jr. trouxe consigo outros coronéis reformados, que ocuparam cargos de confiança na SPP durante sua gestão. Jefferson de Almeida e Valter Alves Mendonça foram, respectivamente, assessor de planejamento de ações comunitárias e assessor de proteção patrimonial, sendo substituídos posteriormente por outros dois coronéis reformados: Silvio Carlos Silva Mendonça e José Luiz



Seminário realizado com a participação da GU (2014)

Sanches Verardino. Os motivos das substituições não foram oficialmente esclarecidos. Segundo funcionários, o coronel Almeida teria criado “problemas com todo mundo, inclusive diretores e outros funcionários”.

Além de projetos de segurança duvidosos, que incluíam a implantação de guaritas elevadas, holofotes, alto-falantes e cancelas duplas nos estacionamentos, e que sofreram duras críticas por pretender transformar a universidade em uma prisão (<http://goo.gl/CQtxAc>), uma das medidas adotadas pelo coronel Castro foi tirar do ar a página da Guarda Universitária, mergulhando o funcionamento interno da SPP em mistério só revelado no início de 2014, quando os guardas, aproveitando a troca de gestão na Reitoria, organizaram-se para pedir apoio contra os coronéis.

Em carta amplamente divulgada, enviada até mesmo ao vice-reitor Vahan Agopyan, à Adusp, ao Sintusp, e lida durante a aula magna promovida pelo DCE na recepção dos calouros, os guardas afirmam: “Nossa história não é uma história das elites. É sim, a história de uma classe micro-mínima [sic], é a história de um pequeno grupo que está clamando pela sobrevivência da democracia, pela justiça, pela luta por uma vida boa e segura para todos. Estamos clamando por socorro, pois estamos sendo aviltados, violentados, agredidos moralmente, bem como assediados profissionalmente”. A carta relatava ainda assédio moral; perda de identidade da Guarda Universitária, que passou a ser denominada Prevenção e Proteção Universitária (PPUSP); alteração da escala de trabalho; retirada do ar da página interativa; ten-

tativa de troca dos uniformes, que se tornariam semelhantes aos da PM. “Não podemos, não iremos e não queremos coadunar com a atual política de desconstrução, de devastação, perseguição e extermínio do nosso quadro de segurança”, encerrava o documento.

A iniciativa dos guardas recebeu apoios inesperados. O vice-reitor anunciou a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão da segurança na USP, que sob a gestão de Ana Lúcia ficaria responsável pela elaboração de um novo plano de segurança. “Queremos ter um grupo de trabalho que ouça a comunidade, não apenas os guardas, os vigias e os coronéis, mas que ouça todo o mundo e faça um projeto de segurança para os nossos diversos *campi*”, afirmou Vahan, em abril de 2014, ao *Informativo Adusp*.

A repercussão da carta dos guardas terminou por levar os próprios coronéis a pedirem demissão à Reitoria, em documento datado de 31 de março. Eles foram oficialmente desligados da universidade em 15 de abril, data em que Ana Lúcia assumiu a Superintendência de Prevenção e Proteção prometendo “recuperar o papel da Guarda Universitária no contexto de segurança dos *campi* da USP”.

Após o latrocínio na FEA, em 2011, a política reitoral de “tratamento de choque” revelou-se um fracasso. E a nova iluminação, que a comunidade acadêmica sempre reivindicou, levou mais de dois anos para ser implantada. As câmeras de vigilância foram embora com os antigos postes...

A justificativa encontrada por J.G. Rodas para assinar o convênio com a Secretaria de Segurança Pública e aumentar o efetivo da PM dentro do *campus* do Butantã foi a necessidade de uma polícia armada. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* dias depois do assassinato do estudante da FEA em 2011, o então reitor declarou categoricamente que o problema da criminalidade dentro da USP devia-se ao fato de

que “nossa polícia universitária é patrimonial e desarmada”, mesmo porque o “*campus* não é totalmente blindado, é uma fronteira porosa”.

O pedido da comunidade acadêmica, na época, foi a reformulação do projeto de segurança, que incluísse maior iluminação, maior efetivo feminino na GU (para lidar adequadamente com casos de crimes sexuais) e uma guarda “humanizada”, que recebesse treinamento para lidar com as questões específicas de um *campus* universitário. A resposta dada pela Reitoria foi um novo projeto de iluminação, que iria “iluminar todos os 400 mil metros quadrados de uma forma totalmente moderna”, mas que demoraria um ano para ser implantado e, como a segurança do *campus* não poderia esperar, a PM faria o reforço enquanto isso. “Precisamos ter um tratamento de choque neste momento”, disse à *Folha* o então reitor, que dava início a um período de endurecimento institucional da USP, marcado por processos judiciais contra alunos e funcionários (comandados pela Procuradoria Disciplinar criada pelo à época procurador geral Gustavo Monaco) e por operações policiais de desocupação de prédios.

O processo de licitação para o projeto de iluminação foi paralisado por ordem do Tribunal de Contas do Estado (TCE), por suspeita de irregularidades, incluindo superfaturamento e favorecimento (direcionamento). Ninguém foi punido e a mesma empresa vencedora da licitação impugnada pelo TCE saiu-se vitoriosa ao ser feito o processo licitatório. Orçada em R\$ 62 milhões, a nova iluminação de LED — que teve o primeiro trecho inau-

gurado em 26 de setembro de 2013, mais de dois anos depois do latrocínio na FEA — não agradou a comunidade universitária (vide <http://goo.gl/R7j20n>). Alguns trechos onde as lâmpadas foram implantadas não são áreas de passagem de pessoas; em outras áreas, a troca dos postes por luzes no chão acabou escurecendo e não iluminando.

No período de transição, ainda sem os novos postes, grandes áreas foram deixadas na escuridão completa. Mas este não foi o único problema. Quando os postes foram retirados, muitas das câmeras de segurança implantadas foram levadas junto, como revelou à *Revista Adusp* a então superintendente Ana Lúcia: “Da última grande compra, que foi de 84 câmeras, todas foram praticamente sucateadas, boa parte delas, inclusive, retiradas do *campus* porque foram trocadas as luminárias e as câmeras saíram junto com os postes”.

Ao mesmo tempo em que a Superintendência perdeu o monitoramento eletrônico da Universidade, sua relação com a PM vivia um novo momento: “O convênio foi firmado logo depois da morte daquele rapaz na FEA, mas, depois de todos aqueles eventos questionando a PM no *campus* em 2011, na prática ele se dissolveu”, comentou a antropóloga. “Ele não foi formalmente encerrado, mas há muito tempo que não é praticado. Naquilo que ele tinha de melhor, nunca foi cumprido”. O que o convênio tinha de melhor para Ana Lúcia era a troca de cursos de capacitação entre policiais e guardas universitários. “A GU já está com todos os cursos de primeiros socorros sem validade”, registrou.

“Estamos contando com a Polícia Militar para dar apoio à Guarda Universitária, com uma base comunitária móvel e dois motociclistas que fazem rondas. Quando necessário, vem mais uma viatura. Uma parceria entre a GU e a PM é inevitável, e quanto menos guardas a gente tiver, maior vai ser a necessidade de contar com essa parceria. Mas ela chegou a um bom ponto: a presença hoje da PM no *campus* não está agredindo ninguém, pelo contrário, há pessoas que pedem mais PM no *campus*, o que nem é possível. O próprio comandante do batalhão que cobre toda essa área deixou claro que a USP é só mais uma área em meio a muitas”, explicou Ana Lúcia quando ainda no cargo.

A Guarda Universitária conta com apenas 55 agentes! Esse efetivo reduzido é apoiado por PMs, por vigilantes (que também são funcionários da USP, como os agentes da GU) e, a cada turno, por 600 seguranças terceirizados. Mas a integração entre esses grupos não acontece

Uma alternativa ao policiamento militarizado é o policiamento comunitário. Desde a posse da professora da FFLCH, a SPP vinha procurando desenvolver e implantar o que considera o embrião

dessa futura Guarda: “A polícia comunitária é esse corpo de profissionais que tem o contato muito direto, cotidiano, de acompanhamento da dinâmica de um lugar”, dizia-nos Ana Lúcia.

No entanto, se a USP conta com um pequeno efetivo da PM para reforçar a segurança do *campus* Butantã, seu efetivo próprio não é muito maior. A Prevenção e Proteção possui apenas 55 guardas na Equipe Operacional, tendo uma única mulher entre eles. Esses 55 guardas se dividem em três turnos, que não contam com mais de 20 guardas cada. “A ideia é repensar se a Guarda tal como ela está hoje, com um número reduzido de pessoas, pode dar conta do recado ou se nós vamos ter que enfrentar a questão de que os concursos estão congelados”, pontuou Ana Lúcia, “mas a Guarda, para sobreviver, talvez precise da abertura de uma exceção”.

O efetivo reduzido só não é um problema maior porque atualmente a GU é apoiada também por vigilantes e por seguranças terceirizados. Os vigilantes são tão funcionários da USP como os guardas, mas sua atividade está restrita às áreas internas das unidades, onde muitas vezes são substituídos por terceirizados. Estes últimos, por sua vez, ocupam mais de 600 postos no *campus* Butantã, constituindo um total superior a 1.200 trabalhadores.

“Os uniformes são parecidos, estão todos ligados à questão da segurança, mas as competências são muito diferentes e o que essas três categorias podem fazer tam-

bém é muito distinto”, explicou a professora. “Os vigias trabalham dentro das unidades; a GU trabalha nas áreas comuns do *campus*; e os vigilantes terceirizados estão nesses postos, guaritas, espalhados por todo o *campus*, e obedecem a regras contratuais que foram acordadas entre a Reitoria e as empresas de vigilância terceirizada. Quer dizer: o papel da Guarda diante desses vigias é meramente confirmar se eles estão nos postos”.

O plano ideal da antropóloga requeria a integração de todos os agentes de segurança que atuam dentro do *campus*, e entre eles e a comunidade. “O papel dos vigias e dos seguranças terceirizados devia estar integrado com o da polícia comunitária, porque vigias de prédio conhecem professores, estão ali todo dia, vêem quem entra e quem sai, conhecem os estudantes, conhecem a dinâmica do prédio”, assinalou Ana Lúcia. Essa integração, no entanto, é impossível no contexto atual da universidade, exatamente pelos contratos com as empresas de segurança terceirizadas.

Os trabalhadores do setor são muito rotativos: um dia podem estar trabalhando na porta de uma unidade de ensino e no outro na porta de um banco, o que inviabiliza qualquer tipo de treinamento e orientação desses profissionais para sua atuação específica na universidade. “Esses contratos são por tempo determinado, à medida que eles forem vencendo a ideia é a gente poder discutir com mais cuidado quais são essas exigências mínimas. Mas a verdade é que o



Debates buscaram consenso e segurança comunitária

serviço de vigilância terceirizada é um dos serviços mais mal pagos, as pessoas se sentem ali arriscando suas vidas por pouco dinheiro, por isso o que se deve esperar de uma vigilância terceirizada é muito diferente daquilo que é preciso exigir de uma Guarda Universitária”, observou Ana Lúcia.

“Uma hipótese bastante plausível é que a Guarda, com o auxílio da PM, possa agir como uma polícia comunitária. Prescindir da PM é impossível: se a USP continuar a ser um *campus* de passagem, com unidades que são totalmente abertas, sendo uma espécie de grande área de lazer da cidade, não dá para

imaginar que só a GU vá dar conta de tudo”, advertiu.

Na percepção da comunidade universitária, a segurança da USP continua como estava no início de 2014: poucos guardas, muitos vigilantes terceirizados e a presença da PM. A diferença é sentida apenas pelos guardas, que por nove meses participaram da tomada de decisões. Em setembro, Ana Lúcia arriscava: “A ideia é que as decisões sejam sempre resultado de um mínimo de consenso, porque isso já garante uma certa eficácia, e portanto, passa por consultas, por conversas. Isso era o que mais faltava”.

Quando na Superintendência, Ana Lúcia Pastore esperava que decisões colegiadas, inspiradas no modelo departamental, viessem a democratizar a gestão da segurança na USP. Ela pretendia criar um conselho deliberativo e um consultivo, este com representação das categorias

O novo modelo de gestão que Ana Lúcia pretendia implantar na Superintendência é inspirado nos modelos de deliberação presentes nos departamentos: “Aos poucos a gente está criando aqui na SPP um modelo mais colegiado de decisões, que é um modelo acadêmico. Em que, por exemplo, o superintendente seja como o chefe de departamento, mas que está sempre consultando o conselho do departamento para tomar certas decisões”.

Para desenvolver esse projeto, foi criado um grupo de trabalho que apresentaria um projeto sobre as questões de segurança do *campus* e sobre o funcionamento da SPP. A proposta previa a criação de dois conselhos, um deliberativo (à semelhança de um conselho departamental) e outro consultivo, que seria formado por uma parcela mais ampla da comunidade acadêmica, sempre

com a preocupação de fazer representar todas as suas categorias.

“A ideia é que os conselhos passem a atuar quando a gente já tiver um mínimo de consenso e de apoio da Reitoria”, afirmou Ana Lúcia à nossa reportagem, na conversa mantida em setembro. Mas não houve consenso, muito menos apoio: após a volta de suas férias, em 20 de janeiro, Ana Lúcia foi procurada pelo chefe de gabinete da Reitoria, professor José Drugowich, que lhe informou sua exoneração do cargo de SPP, antes mesmo que o projeto elaborado pelo grupo de trabalho fosse apresentado. A principal causa para a decisão do reitor, segundo arrisca a própria professora, foram as divergências em relação ao manejo da segurança do *campus*. Mas é possível que o reitor não tenha engolido a corajosa decisão de Ana Lúcia, que também chefiava o Departamento de Antropologia da FFLCH, de assinar carta conjunta da unidade contra o arrocho salarial, encabeçada pelo diretor Sérgio Adorno e divulgada em agosto de 2014.

Os atritos entre Ana Lúcia e M.A.Zago se iniciaram menos de dois meses depois de sua posse, assim que teve início a paralisação de 118 dias contra o reajuste zero. O reitor queria usar a PM para reprimir a greve. A superintendente era contra

A exoneração de Ana Lúcia foi colocada em pauta pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa sobre violação de direitos humanos nas universidades paulistas, porque ocorreu no momento em que a Reitoria da USP foi colocada na berlinda por denúncias de abusos sexuais dentro da Faculdade de Medicina da USP. Convocada para a audiência de 28/1, a professora contou que os atritos com M.A. Zago tiveram início logo quando a greve de 118 dias contra o arrocho salarial se iniciou, em 27 de maio.

O reitor, explicou Ana Lúcia, defendia a ação repressiva da Polícia Militar contra o movimento grevista, ao passo que a antropóloga rejeitou essa medida, por não ser essa a função constitucional da PM. “A greve foi um período muito tenso. Houve um momento em que, por decisão do reitor, a Polícia entrou no *campus*, a tropa de choque, porque havia um trancaço. Mas, tirando esse momento, foi possível fazer ver que havia outras possibilidades de lidar com o conflito”, relatou ela à CPI.

“Eu perguntei quais os motivos do meu afastamento, porque quando fui convidada me deram motivos: substituir coronéis por uma professora da casa, uma mulher, com toda uma história na pesquisa e docência na área do direito e da antropologia. Então eu queria saber porque estava saindo. Claro que as tensões estavam postas, mas eu queria ouvir”, disse Ana Lúcia. A justificativa que lhe foi apresentada: haviam chegado “reclamações” contra a professora — resposta que ela considera “evasiva”.

Aos deputados, Ana Lúcia contou que, desde o início das denúncias de abusos sexuais na FMUSP, o assunto a sensibilizou. “Claro que era público e notório que eu tinha uma postura de que esses casos sejam investigados com toda a seriedade e que para isso havia a necessidade de mudar uma coisa que me assustava como superintendente de Segurança da universidade: por que algumas unidades da USP, como é o caso também da Faculdade de Medicina, têm um sistema de segurança próprio?”. No seu último contato com M.A. Zago, um dia antes de entrar de férias, esse foi o assunto abordado por Ana Lúcia: o impedimento de que a Guarda Universitária atue na FMUSP. A resposta do reitor: “Isso é um problema do diretor, ele que resolva”.

A exoneração de Ana Lúcia Pastore Schritzmayer revelou o quanto as concepções de segurança da atual gestão da Reitoria se assemelham às de J.G. Rodas: “empurrar com a barriga” o deficitário status atual de prevenção cotidiana; e, quando preciso, empregar a PM para reprimir quem se mobiliza. A nomeação da antropóloga e professora da FFLCH para a chefia da SPP foi um aceno simpático aos que acreditaram na proposta de diálogo da gestão. Bastou, todavia, que Ana Lúcia se mostrasse dotada de personalidade própria, e passasse a implantar algumas medidas democratizantes, para que seu projeto de um policiamento democrático fosse devidamente interrompido pelo reitor. Em seu lugar assumiu José Antonio Visintin, professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.